

Revisão crítica da tese do “suicídio revolucionário”¹

Durbens Martins Nascimento²

Introdução

No começo dos anos 60 ganhava força no Brasil, contrariando as teses da Cepal e a Teoria da Dependência,³ a idéia de superar o quadro de submissão econômica, social

¹ Este texto é inspirado no primeiro capítulo (“Guerrilha revisitada: crítica a um paradigma”) da nossa dissertação de mestrado, intitulada “Guerrilha do Araguaia (1967-1975): ‘Paulistas’ e Militares na Amazônia”, defendida no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, em janeiro de 2000. Agradecemos as valiosas sugestões, aqui incorporadas, dos dois pareceristas anônimos da Revista.

² Durbens Martins Nascimento. Cientista Político, Prof. do Depto. de Ciência Política da UFPA e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PDTU/NAEA/UFPA.

³ A literatura nesse veio é bastante extensa. Gostaríamos, entretanto, de sugerir como solução para os limites de espaço a seguinte consulta: CARDOSO, F. H. *As idéias e seu lugar*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1993; CARDOSO, F. H. “Relações Norte-Sul no contexto atual: uma nova dependência?” In *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996; CARDOSO, F. H. & Faletto, Enzo V. *Dependência e subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970; MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1984; KAY, C. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989, Caps. 5 e 6; FIORI, José Luís “Globalização e a novíssima dependência” In *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Editora Insight, 1995; Uma discussão mais recente sobre a Teoria da Dependência pode ser examinada em: FALLETO, Enzo V. “Los Años 60 y el tema de la dependencia” In *Revista da USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998; SINGER, Paul. “De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada” In *Revista da USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998; GOLDENSTEIN, Lúcia “Repensando a dependência após o plano real” In *Revista da USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998 e SANTOS, Theotônio dos. “Por uma bibliografia sobre a teoria da dependência” In *Revista da USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998.

e política através da revolução socialista, seguindo a trilha de Che Guevara e Mao-Tsé-Tung no plano político e Ander Gunder Frank, no campo acadêmico. O movimento crescente pelas Reformas de Base do governo Goulart criava as condições para *empurrar* parte da esquerda de então a formular um projeto revolucionário para o país. O Golpe de estado de abril de 64 e o recrudescimento do regime como reação à ofensiva dos movimentos de rua de 68, precipitou o desenvolvimento da preparação da luta armada nas cidades e no campo. De 1967 a 1975, diversas organizações e partidos,⁴ com diferenciadas perspectivas estratégicas e análises da formação histórica e social do Brasil, mobilizaram recursos humanos e financeiros objetivando estabelecer em solo pátrio uma nação nos moldes socialistas, ainda que alguns programas defendessem que esse regime viesse precedido de uma etapa de transição denominada de “nacional, popular e antiimperialista”, na qual conviveriam formas de organização da economia de mercado capitalista ao lado da economia socialista fundamentada no planejamento. O movimento conhecido como Guerrilha do Araguaia (1967-1975) foi uma dessas tentativas para transformar a modernização conservadora em curso por um processo de modernização em bases socialistas que se estenderia da Amazônia para o restante do país.

Malgrado esse projeto, como o de toda esquerda, inicia-se após o Golpe, um processo difícil e prolongado de autocrítica sobre os “erros” e as “causas da derrota” da esquerda no âmbito da reação à *ditadura militar*. Esse processo, sempre orientado pelo marxismo, prolongou-se até o final dos anos 90.

Os debates são realizados no exterior, i.e., nos países que haviam oferecido abrigo aos militantes e intelectuais perseguidos pelo regime ou aqueles que voluntariamente se

⁴ A identificação de cada uma, bem como a análise das suas atividades políticas realizadas no segundo período, i.e, entre 1961 e 1971 e, sobretudo, uma consulta aos Programas Políticos, conferir. REIS, Daniel Aarão & SÁ, Jair. Ferreira (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, 368 p.

exilaram. No Brasil, ao contrário dos primeiros,⁵ onde prevaleciam as liberdades de expressão e de imprensa conforme prescreve a poliarquia,⁶ as discussões se deram restritivamente, dadas as condições precárias de funcionamento de algumas dessas organizações ainda procurando as formas de reorganização e adaptação à abertura política iniciada no final dos anos 70, especialmente a partir do Governo Geisel (1974-1978) com sua *abertura lenta e gradual*. Contudo, é com a anistia e a volta desses exilados e a ampliação das liberdades políticas, que esses debates se tornam mais intensos e adquirem a amplitude necessária.

Sem dúvida, a busca da compreensão do significado da derrota do projeto revolucionário, particularmente da Guerrilha do Araguaia, revelou-se útil para os agentes identificados com um projeto mudancista do presente, ou seja, para aqueles que desejavam nos anos 80 fomentar o aparecimento de uma esquerda que superasse duplamente, a tradição nacional-populista e o viés militarista das organizações que partiram para a guerrilha. Sendo assim, dessa reflexão amadurecida saíram as principais propostas atualmente em discussão neste começo de milênio no Brasil. Esgotado esse processo de autocritica e superada relevância do tema, torna-se necessário agora indagar o seguinte: que fatores levaram os autores artífices dessa reflexão, a negar a importância exercida pelos movimentos sociais liderados pelos comunistas, no pós guerra, e prioritariamente, ao movimento de resistência armada nos anos 60 e 70? Ou melhor, que relação foi estabelecida entre o posicionamento político desses atores diante da Transição e o sentido da crítica à prática política dos comunistas?

⁵ EUA, França, Suíça, Inglaterra, México e Chile à época de Salvador Allende (1970-1973). Muitos se exilaram também em Cuba, Argélia, China, URSS e nos países do antigo Leste Europeu, mas não atendem aos preceitos de “liberdade de expressão” subjacente aos princípios do liberalismo.

⁶ Poliarquia atenda os seguintes atributos na famosa definição de DAHL (1989): 1-autoridades eleitas. 2-eleições livres e justas. 3-sufrágio inclusive.-4-o direito de se candidatar aos cargos eletivos. 5-liberdade de expressão. 6-informação alternativa. 7-liberdade de associação.

Este artigo analisa o significado do diagnóstico produzido a partir de um grande esforço avaliativo, empreendido por intelectuais de diversas formações acadêmicas. Alguns, inclusive, protagonistas daqueles eventos, estabelecendo um diálogo com idéias e autores que estudaram e avaliaram a atuação e o perfil do movimento social contestatário, os quais insistiram como premissa básica na tese do “suicídio revolucionário” e na busca das “causas da derrota”, do projeto revolucionário, a fim de atender as demandas políticas da conjuntura política dos anos 80.⁷

Por “suicídio revolucionário”, os principais autores que procuraram negar a experiência comunista, entenderam uma prática revolucionária que não tinha nenhuma chance em lograr êxito, haja vista terem mobilizado apenas uma parcela da classe média ou, ter iniciado a resistência armada numa conjuntura política nada favorável: refluxo das guerrilhas no continente com o fracasso do Che Guevara na Bolívia, em outubro de 1967,⁸ e o fortalecimento do regime com a ampliação de sua base de legitimação via “milagre econômico”, e, finalmente, do aumento da repressão política que provocou o desmantelamento da maioria daquelas organizações e a morte de seus principais mentores, como Carlos Marighela (1969) e Carlos Lamarca / 1971.⁹

Procuramos, neste empreendimento teórico, argumentar a favor da tese de que essa autocritica estava subordinada a uma nova plataforma político-estratégica da esquerda para a sociedade brasileira na década de 80,

⁷ Cabe assinalar que, quanto a essa questão, mais precisamente no que tange aos seus efeitos no movimento sindical, SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro” *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41):103-120, outubro de 1999, chamou a atenção para esse fato. Portanto, aqui não há da nossa parte nenhuma originalidade nessa hipótese, a não ser sua vinculação com o movimento social mais amplo da época, ou seja, a frente guerrilheira distribuída nas cidades e no campo brasileiros.

⁸ TAIBO II, Paco Ignácio *et al.* *O Ano que Vivemos em Nenhum Lugar; a Missão Secreta de Che Guevara*. São Paulo: Editora Scritta, 1995, 290 p.

⁹ JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o Capitão da Guerrilha*. 12º ed. São Paulo: Global Editora, 1989, 166 p.

encabeçada pelo PT que aglutinara parte significativa da militância revolucionária ligada historicamente ao PCB e às organizações políticas clandestinas. Fato que levou a uma reflexão autocrítica fortemente influenciada pelos dilemas da consolidação da Transição Democrática. Nesta reflexão, produziu-se um diagnóstico sobre o fracasso da esquerda nas décadas de 60 e 70, atribuindo-lhe responsabilidade sobre o recrudescimento do regime militar, bem como caracterizou o ato da derrota como “suicídio revolucionário”.

Na Transição para a esquerda, o objetivo era encontrar caminhos estratégicos a fim de responder aos desafios surgidos com o aparecimento de novos temas acrescentados à agenda política da esquerda¹⁰. Nesse sentido, sugerimos, por fim, que a vinculação desses intelectuais com uma proposta supostamente alternativa de confrontação com Estado, nos marcos da institucionalidade liberal, de relacionamento com os novos movimentos sociais, em geral, e com o movimento operário reconstruído (o *novo sindicalismo*), no começo dos anos 80, em particular, deu origem a uma concepção da luta política norteadas pela crítica a qualquer forma de práxis sustentada na guerra de guerrilhas. Essa perspectiva de análise vem recentemente ganhando destaque entre os estudiosos interessados no reexame da questão da atuação dos comunistas antes e depois do Golpe.¹¹

¹⁰ Esse debate nos anos 80, entretanto, como observa ROLLEMBERG, Denise. “A idéia da revolução: da luta armada ao fim do exílio (1961-1979) In André Ricardo Pereira (org.). *Que História é Essa?* Rio de janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994, p.111, era justificado à luz de novos temas acrescentados à agenda da esquerda, para muitos sua *raison d'être* nessa nova conjuntura: *democracia e cidadania*.

¹¹ Dois autores produziram papers nesta direção: BUONICORI, Augusto César. “A política sindical do PCB entre 1948 e 1950” In *Revista Princípios*, n° 45, maio, junho e julho de 1997 e SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro” In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41):103-120, outubro de 1999.

Guerrilha hoje: uma justificativa necessária

Inicialmente, ressalta-se que a reflexão acerca da problemática do conflito armado, que envolveu partidos e organizações de esquerda e o *regime militar* naquele período histórico, “parece” desconhecer a existência no país de uma literatura supostamente exaustiva e completa acerca da temática; sobretudo, relutar em enxergar o desinteresse por um assunto que, conforme a direita conservadora e social-democrata, tornou-se *demodés* devido à crise terminal do socialismo real e aos impasses vividos pelas atuais guerrilhas latino-americanas.

Contudo, ainda que este não seja o lugar para o aprofundamento do debate, nem tampouco faça parte da discussão proposta de um exame detalhado dos impasses existentes na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, justificamos a empreitada, visto que a guerra de guerrilhas com seus diferentes objetivos – socialistas ou não –, resiste às mudanças provocadas pelo fim da “guerra-fria” e da bipolaridade entre as duas superpotências EUA e Ex-URSS.

Hoje, em *tempos globais*, a luta armada como forma de luta política e método de conquista do poder político permanece no horizonte de diversos partidos e organizações em várias partes do globo e tem se intensificado com as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva do capital, da globalização e a reação aos efeitos perversos quer econômicos e sociais, quer políticos e culturais engendrados pela ofensiva neoliberal. No México e na Colômbia, por exemplo, só para citar a América Latina, tem chamado a atenção de analistas e acadêmicos, o recurso estratégico da guerra de guerrilhas visando a construção de uma outra alternativa de poder ¹².

¹² CASTAÑEDA, Jorge. “Verdade ou não, nova guerrilha gera incertezas no México” In Folha de São Paulo, 1º cad., 28 julho de 1996, p.20.

A guerrilha vista pelas ciências sociais no Brasil

Nos anos 80 e 90, as Ciências Sociais produziram uma série de estudos tendo como objeto de reflexão científica o movimento social que resistiu de *armas nas mãos* ao movimento golpista. A crítica efetuada em várias disciplinas¹³ visava tanto a prática política do PCB, no período compreendido entre 1945 e 1964, portanto a fase em que vigiu a democracia nacional-populista, como também a atuação das organizações que imergiram na luta armada no período de 1967 a 1975, a fase da reação ao fechamento dos espaços democráticos.

¹³ Na segunda fase, i.e., de 1967 a 1975, o que foi produzido por cientistas sociais e jornalistas dá somenos importância a Guerrilha do Araguaia. Por exemplo, o jornalista Luis MIR (*A Revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best-Seller, 1994) sustenta que a ALN do Carlos Marighela foi responsável pela segunda tentativa histórica de implantação do comunismo no Brasil; a primeira, teria sido conduzido pela ANL, que comandou a *intentiona* comunista de 1935 liderada por Luiz Carlos Prestes. É o que pensa também WEFORT, Francisco. *Por que democracia?* 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Este assinala que “(1974) As guerrilhas estavam já inteiramente derrotadas quando Carlos Marighela e Carlos Lamarca foram assassinados, o primeiro, em 1971, (sic.) o segundo em 1972. A maioria dos seus remanescentes - e o que restava, neste momento, das esquerdas que haviam ficado fora da luta armada - se convertia às lutas democráticas, onde a inspiração dirigente cabia, sobretudo, aos liberais. Os únicos ‘radicais’ que sobravam em atividade estavam nos ‘porões do regime” (p. 69). É sabido que os “paulistas” (os guerrilheiros do PCdoB como eram conhecidos por moradores da região) no Araguaia, continuaram em atividade, embora com força reduzida, até o final de 1974. Não resiste à prova empírica e histórica, a afirmação de que o ano de 1972 é o capítulo final da resistência armada. Finalmente, evoco o mérito do trabalho de RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista - UNESP, 1993, que mostra o significado das ações armadas no contexto da crise brasileira dos anos 60 e 70. Entretanto, ele não escapou a essa visão equivocada, incorrendo no mesmo erro ao afirmar peremptoriamente que: “As maiores e mais radicais organizações armadas, em número de militantes, em volume de ações, em penetração e repercussão nacional foram, pela ordem, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ainda que a esquerda armada tenha envolvido no seu conjunto, no máximo, alguns poucos milhares de pessoas, se tanto, mesmo incluindo seus simpatizantes, ‘contatos’ e bases de apoio” (p.172).

Para o primeiro período, a crítica voltava-se para a atuação do PCB, pelo papel hegemônico exercido por este partido no conjunto dos movimentos operário, camponês e estudantil que se prolongou por mais de quatro décadas. Acusa-se então o PCB de “conchavo” com getulismo e de uma práxis política marcada pelo populismo e pela *conciliação de classe*. Essa tradição comunista, em nome do que era moderno nos 80, devia ser imediatamente negada e tachada de “velha” para os novos padrões sociais e políticos dos *novos movimentos sociais* que apareciam na esteira do movimento político pela democratização.¹⁴

Esta postura não era diferente em relação ao segundo período, i.e, de 1967 a 1975. Neste caso, que é o período de nosso interesse, o voluntarismo “pequeno-burguês” e a “oportunidade perdida”, em 1964, quando existiam, ainda segundo essa visão, as chamadas “condições revolucionárias”, a esquerda desnorтеada e padecendo da “ilusão da representatividade” entrara no “suicídio revolucionário”, dada a sua incapacidade efetiva de compreender o que passava na heterogênea sociedade brasileira. Dentre os autores que contribuíram para formar um quadro teórico sobre os acontecimentos que puseram fim ao movimento nacional-populista e a contestação que se seguiu ao *regime militar*, sobretudo, avaliaram as organizações políticas que imergiram na luta armada, destacamos os trabalhos de Gorender, Pomar e Weffort.¹⁵

¹⁴ Os estudos influenciados por Weffort, “olhavam” os movimentos da década de 60 e 70, negativamente, e guardadas as proporções de tempo e espaço, os percebiam como HABERMAS, Jurgen. “Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público” *In Novos Estudos CEBRAP*, nº 26, março de 1990, p.101., referindo-se a “consciência revolucionária” pós-1789 (Revolução Francesa), a denominou de melancolia de um projeto fracassado. A exceção a essa linha interpretativa nas Ciências Sociais no Brasil é o trabalho de RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista – UNESP, 1993 e de CUNHA, Maria de Fátima. “A revelação da dor’ – guerrilha e repressão nos anos 60/70” *In Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista – UNESP, 1994.

¹⁵ GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990,

No caso específico do movimento sindical, Santana (1999) observou, com razão, que na redemocratização, a “(...) consolidação, nos estudos acadêmicos, de uma visão crítica do papel desempenhado pelos comunistas e pelo movimento sindical no período de 1945-64 deu-se, sobretudo, com os ensaios de Weffort (...)” E conclui tratando a questão em termos de corte do movimento organizado, pelos comunistas, com a trajetória do movimento dos trabalhadores, o “novo sindicalismo”. O que significou tomá-lo como o ponto zero desta história e, conseqüentemente, nega-se as experiências passadas: aquelas do tenentismo e do movimento comunista.

O “novo sindicalismo” ampliou sua crítica ao conjunto do movimento revolucionário. Neste sentido, os ensaios de Weffort a que o autor se refere são: *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968* (Estudos Cebrap/1972), *Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)* (Estudos Cebrap/1973), *Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964)* (Ensaio de Opinião/1978) e, por último, *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964* (Revista de Cultura Contemporânea/1978 b). A preocupação teórica inicial de Weffort volta-se para a esfera produtiva a fim de entender os dilemas vivenciados, pelo sindicalismo, a partir das mudanças operadas no capitalismo brasileiro, desde a Revolução de 30.

Weffort privilegia a positividade de suas posições políticas na década de 80, haja vista que estava ligado diretamente à fundação e organização do PT. Weffort foi o principal intelectual da chamada *Escola Uspiana*, com a missão de pensar o Brasil a partir da ótica reformista social-democrata. No conjunto destes textos, está presente uma visão interpretativa, com forte conotação ideológica, que procura formatar uma avaliação que fugiria aos moldes tradicionais da esquerda inserida na tradição do *marxismo-leninismo*. De todo modo, no plano da disputa político-

255 p; POMAR, Vladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Editora do Brasil Debates, 1980, 312 p; WEFORT, Francisco C. *Por Que Democracia?* 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, 133 p.

ideológica, se auto-intitulavam de “combativos”, referência feita ao outro lado conciliador de classe da tradição populista que teria sido a marca dos comunistas, e que, a reproduziam nesse momento de Transição Democrática da vida política brasileira.

Nos textos *Origens do sindicalismo populista no Brasil* (1973), *Os sindicatos na política (Brasil: 1955-1964)* (1978) e, por último, *Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964* (1978), Weffort acerta as contas com o passado da esquerda. Ele assesta um duro golpe com conseqüência na militância política, contra a concepção mais ampla difundida desde a década de 20 do século passado, pelo PCB, ao afirmar que a esquerda que partira para a luta armada não conseguira fugir do esquema interpretativo baseada nas duas etapas do processo revolucionário brasileiro. Neste sentido, aprisionada pelo populismo, a classe trabalhadora foi manipulada pelas técnicas ideológicas do reformismo e ficara a reboque dos setores interessados no programa industrializante em curso. Estes setores estabeleciam, ainda, segundo suas teses, os limites para a atuação política e organizacional das “massas”.

Incapazes de formular um projeto alternativo, os grupos que lhes contrapunham mergulharam no “suicídio revolucionário”. Estes, apesar de divergirem do PCB, na segunda fase, foram à luta armada sem ter tido o tempo histórico necessário para realizar a teorização que, não só possibilitasse romper com o etapismo (o que de fato efetivamente realizaram tão-somente no plano teórico, uma vez que não teve ressonância na ação política), mas que fossem capazes também de mergulhar no entendimento da estrutura do capitalismo brasileiro e das classes sociais. Tarefa que não fora executada por nenhuma organização que reagiu militarmente ao *regime militar*, no instante em que os “novos donos do poder” estavam se fortalecendo.

Dando prosseguimento, basicamente o movimento armado, resultou da conjugação de condições históricas externas e internas favoráveis. A emergência de um complexo quadro político caracterizado pelo fechamento dos

espaços democráticos conquistados no decorrer do processo de redemocratização, na fase imediatamente anterior, *empurrou* os comunistas e os nacionalistas para a resistência armada nas cidades e no campo. Sem possibilidades de vitória, dada a ausência de condições políticas e ideológicas para isso, pagaram um preço alto, pois provocaram a morte, prisão e exílio de centenas de homens e mulheres galvanizados nas lutas sociais e políticas impulsionadas pelas Reformas de Bases, assim como aqueles oriundos das lutas estudantis do último quartel da década de 60. Registre-se que soa, nessas análises, sempre a responsabilidade da esquerda pela derrota.

Durante as Reformas de Base, havia um terreno fértil para o debate em torno dos problemas sociais, políticos e econômicos. Esses espaços democráticos, ainda segundo essa literatura, permitiam, relativamente, a atuação das organizações políticas de esquerda PCB, PCdoB, POLOP e AP – Marxista-Leninista. “Segundo penso, o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo”.¹⁶

Segue-se que, o PCB (sempre numa perspectiva negativa de sua atuação) desmobilizara os trabalhadores no momento do Golpe, desviara-se do seu papel histórico, de vanguarda da classe operária, ao “compactuar com o getulismo” como apropriadamente frisou Santana.¹⁷ Defendendo uma política reformista para os movimentos sociais e populares, este partido foi incapaz de organizar a resistência. Foi o grande responsável pela tragédia que se

¹⁶ GORENDER, op. cit, p. 67.

¹⁷ SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a Ruptura e a Continuidade: Visões da História do Movimento Sindical Brasileiro” *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41):103-120, outubro de 1999. p. 105.

seguiu. E o PCdoB que deu origem a grupos apressados pela implantação dos núcleos guerrilheiros, como foi o caso da chamada ALA Vermelha e do PCR, foi co-responsável, na direção oposta ao PCB, na visão de Gorender, na medida em que fez oposição sistemática ao governo de Goulart quando um Golpe de direita estava à caminho. Do questionamento da atuação do PCB e do PCdoB, surgiriam as DI (*Dissidências*) mais expressivas no PCB, as quais, mais tarde, se transformariam em organizações políticas que haveriam de substituí-los, a fim de cumprir a *missão histórica* de conduzir os trabalhadores à revolução, processo este necessário à instauração da nova ordem socialista.

Tais organizações e partidos, que surgiram como resultado desses debates e da impossibilidade de convivência com a tradição comunista, melhor dizendo, da autocrítica sobre a ausência de uma resistência organizada aos generais golpistas, passariam a buscar alternativas de sobrevivência, algumas delas, optando por imergir na luta armada a exemplo do PCdoB, ALN, MR 8, VPR, VAR- Palmares, PCBR, e outros grupos inexpressivos do tipo COLINA. À exceção da primeira, todas fariam parte da *Nova Esquerda*,¹⁸ i.e., a esquerda que se estruturou a partir da autocrítica levada a cabo pelas *dissidências* em vários estados do país.

Todavia, para fins de se fazer justiça com os estudos citados acima, os autores, de modo geral, reconhecem o valor das condições políticas e ideológicas externas como fatores decisivos nas decisões daqueles que organizaram a guerrilha rural e urbana. Com efeito, citam-se todas as organizações influência externa, i.e, de um modelo de referência revolucionária nacional e/ou socialista: revolução Chinesa, Cubana e Argelina. Para Rollemberg¹⁹, “A revolução estaria em países distantes, em regiões isoladas de montanha; estava nas ruas dos grandes centros capitalistas; surgia nas fábricas e universidades; emergia de repente numa ação

¹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações de Esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, 368 p.

¹⁹ *Ibid*, p. 111

guerrilheira, na esquina; transbordava das páginas dos jornais; estava logo ali em Copacabana e lá no Araguaia”, ou, como diria mais tarde Emir Sader num texto intitulado, *Nós que amávamos tanto O Capital*, inserido na melancolia da derrota: “A luta armada, erigida como via alternativa à crise do sistema institucional para derrotar as ditaduras e o capitalismo, proliferava na Venezuela, Peru, Guatemala, Colômbia e, posteriormente, na Bolívia e no Uruguai, depois de ter triunfado na Rússia, na China, na Coreia, em Cuba, na Argélia e no Vietnã, que derrotava a maior potência bélica da história, os EUA. O movimento pelos direitos civis nos EUA, assim como a própria resistência vietnamita, terminavam de compor o cenário que condicionou as adesões militantes dos anos sessenta e setenta”.²⁰

Não podemos prosseguir na discussão se não fizemos a defesa de autores que escaparam da premissa do “suicídio revolucionário” e do objetivo de identificar as “causas da derrota”. Contrariando, portanto, essa tendência, Marcelo Ridenti, que orientou sua tese de doutoramento à busca do significado e das raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, entre 1964 e 1974 a partir do “movimento contraditório da sociedade brasileira”, deu ênfase no desvendamento do “(...) significado e as raízes sociais da luta dos grupos de esquerda, especialmente dos armados, entre 1964 e 1974...”.²¹ Como conclusão do balanço que fizera acerca da trajetória e dos fatores sociais que condicionaram à marginalização social das organizações de esquerda da época: “(...) paralelamente ao desenraizamento social das esquerdas armadas, estreitava-se sua visão do adversário, do inimigo, de seu outro: este tornava-se cada vez menos a burguesia, o imperialismo, o Estado, enfim, o sistema político e econômico, e cada vez mais o aparelho repressivo da ditadura, os torturadores e os supostos traidores no interior de cada grupo

²⁰ SADER, Emir. “Nós que Amávamos tanto *O Capital*” In *Praga. Revista de Estudos Marxistas*, n° 1, São Paulo: Boitempo Editorial, set/dez de 1997. p. 59.

²¹ RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, 284 p. Prefácio.

²² Idem, p. 276

guerrilheiro. E por isso não puderam representar (a “ilusão da permanência representativa”)²² politicamente a classe trabalhadora; e finaliza com sugestivas perguntas: “Os partidos identificados com os trabalhadores, nos dias de hoje, terão melhor sorte que as esquerdas nos anos 60 e 70? Os operários trabalhadores brasileiros conseguirão constituir a sua representação política enquanto classe?”²³

Finalmente, um outro exemplo de uma abordagem alheia à análise das “causas da derrota” e do “suicídio revolucionário” é Cunha. Esta autora pesquisou a ação da repressão sobre o conjunto da resistência armada, ressaltou o confronto entre a esquerda – suas formas de luta e combate - e o *regime militar*. Fez uma análise destacando a repressão visando “desarticular essa tentativas de enfrentamento”.²⁴

A guerrilha do Araguaia revisitada

No que tange à Guerrilha do Araguaia, um balanço da literatura mostra claramente a influência da tese do “suicídio revolucionário” e da busca das “causas da derrota”.

Não obstante o esforço envidado pelo PCdoB no sentido de evitar a guerrilha urbana, não escapara da lógica que levou à derrota os grupos clandestinos de guerrilha urbana, ainda em 1972, quando todos foram dizimados pela violenta repressão que se abateu sobre seus militantes e colaboradores.

Contudo, a exemplo de Ridenti e Cunha, a produção jornalística manteve-se nos limites da informação sobre os acontecimentos no Araguaia, isentando-se da polêmica quanto às “causas da derrota” e mantendo-se afastados da tese do “suicídio revolucionário”. Fato que não ocorreu com a reflexão de ex-integrantes de organizações clandestinas que atuaram na luta armada e que mais tarde se tornariam membros fundadores do PT.

²³ Id. Ibid.

²⁴ CUNHA, Maria de Fátima. “A Revelação da Dor’ – Guerrilha e Repressão nos anos 60/70” In *Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, 55:55-69. p. 55-6.

Pomar e Gorender são referências básicas desta perspectiva interpretativa, inseridas na tese aqui cansativamente citada. Relacionar a primeira produção tem como finalidade, de um lado, desmistificar a idéia, às vezes veiculada intencionalmente ou inconscientemente nos meios universitários, de que pouco ou quase nada, foi publicado sobre a Guerrilha do Araguaia, e, de outro lado, demonstrar que neste caso inexistente uma preocupação fundamental com as “causas da derrota” do projeto guerrilheiro implantado, pelo PCdoB, no sul e sudeste do Estado do Pará.

A primeira publicação é o *Diário da Guerrilha do Araguaia* (1975), publicado em 1985. Logo na apresentação, o sociólogo Clóvis Moura alerta: “Não temos elementos de análise histórica, política ou sociológica para dizer se o movimento foi certo ou errado, mesmo porque um julgamento nesta altura dos acontecimentos não se justifica. Cabe ver, no entanto, o que ele significou para as populações do Araguaia, para que elas passassem a se ver como seres humanos do que como objetos, peças dos interesses econômicos dos senhores da região (e aqui me parece que todos estão de acordo) inteiramente superado e irracional”.²⁵

O autor, Ângelo Arroyo, narra aspectos da história daqueles acontecimentos trazendo, ao mesmo tempo, em anexo, o programa da *ULDP*. Acrescenta-se a importância do texto como fonte de informações prestadas por um ator social que participou efetivamente do conflito. O texto tem a intenção de fornecer uma visão militante dos feitos mais importantes dos guerrilheiros, embora destacando a superioridade militar das Forças Armadas e esforçando-se para mostrar as circunstâncias nas quais vários *combatentes* do PCdoB foram mortos.

No final dos anos 70, seis jornalistas visitaram a região palco da Guerrilha do Araguaia, ou seja, o sul e sudeste do Estado Pará, norte do Estado de Goiás e oeste do Estado do Maranhão com finalidades diversas. Fernando Portela dirigiu-se à área com o objetivo intencional de escrever sobre a

²⁵ *DIÁRIO da Guerrilha do Araguaia* In MOURA, Clóvis. Apresentação. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985, 80 pp. p. XIV.

guerrilha, ao passo que os outros jornalistas buscavam informações sobre a construção da Transamazônica. Durante a pesquisa depararam-se com relatos sobre os acontecimentos da guerrilha, que os levaram a mergulhar nos fatos narrados pelas pessoas da região.

Da experiência em sua viagem pela região do Araguaia, o jornalista Fernando Portela, no livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil* (1979), que constitui a primeira reportagem sobre a Guerrilha, compilada neste livro após ser publicada no Jornal da Tarde num sábado de 13 de janeiro de 1979, fonte imprescindível para a compreensão dos fatos. Portela, em sua pesquisa, adquiriu “A primeira carta da Guerrilha”, “Os comunicados da Guerrilha”, bem como fotos de seus principais protagonistas. Por outro lado, Palmério Dória, Vicente Carelli, Fernando Moraes, Sérgio Buarque e Jaime Sautchuk, escreveram *A Guerrilha do Araguaia* (1978). Trata-se também de uma das primeiras reportagens publicadas no país sobre o tema. No mesmo estilo e também produto de reportagens publicadas no Jornal da Tarde, de São Paulo no mesmo ano.

Por último, Paulo César Fontelles de Lima, integrante do PCdoB, num conjunto de artigos para o jornal alternativo Tribuna da Luta Operária (1978-1988), publicados no livro *A Guerrilha Redescoberta*, busca desvendar o significado do movimento embasado em depoimentos das pessoas com quem conviveu na região sul do Pará, no começo dos anos 80. Na qualidade de advogado da CPT, percorreu a região, objetivando reunir informações sobre a guerrilha. Apresenta um estilo jornalístico e suas conclusões sobre os fatos indicam que a guerrilha contou de fato com a simpatia da população, que com ela colaborou, apoiando sob várias formas os guerrilheiros, assim como foi concebida na sua condução tática pelos princípios do *marxismo-leninismo*.

Antes de prosseguirmos na avaliação das teses acadêmicas que tiveram a Guerrilha do Araguaia como tema, destacamos o relevante trabalho de Vladimir Pomar.

Talvez em nenhuma outra obra a tese do “suicídio revolucionário” e da busca das “causas da derrota” seja tão

emblemática como no livro *Araguaia: O Partido e a Guerrilha* (1980), de Vladimir Pomar.²⁶

Pomar, que juntamente com seu pai, o lendário Pedro Pomar, faziam parte do CC do PCdoB à época da guerrilha, polemiza com a versão oficial deste no que diz respeito a quais fatores teriam tido peso na explicação do fim do sonho de conflugar a uma parte do território amazônico; pois, o PCdoB considerava a experiência guerrilheira fundamentada na concepção político-revolucionária do *marxismo-leninismo*, atribuindo a derrota no Araguaia a erros táticos, sobretudo militares no terreno geoestratégico. Ao contrário, Vladimir Pomar sustentara que o fracasso político-militar residia exatamente no âmbito da concepção político-revolucionária adotada: a teoria do foco guerrilheiro. Em outras palavras, a Guerrilha só pôde ser derrota porque, ao contrário do que pensava o PCdoB, não fizera uma interpretação correta do *marxismo-leninismo* e, sim, dos princípios guevaristas da revolução. Pois bem, Vladimir Pomar, que insistiu na prática foquista levada a cabo pelos idealizadores da luta armada no sul do Pará, aduz obstinadamente que, “Justamente por ter-se iniciado no período de desmantelamento final da guerrilha urbana, a luta armada no Araguaia suscitou inúmeras esperanças. (...) Tais esperanças foram frustradas, tanto pela derrota quanto pelo fato de ter ficado evidenciado que o PCdoB trilhara, na prática, o mesmo caminho das organizações de guerrilha urbana, apesar de criticá-las tão acerbamente em teoria. Mudara somente o cenário”.²⁷

No rastro dessa avaliação, está também Jacob Gorender. Em *Combate nas Trevas* (1990), o autor investiga

²⁶ Essa visão avaliativa da Guerrilha situa-se no quadro teórico do paradigma do “suicídio revolucionário”. Lembre-se que o autor veio posteriormente a se desligar do PCdoB por decisão disciplinar, no começo da década 80, juntamente com José Genuíno Neto, Oséas Duarte e Nelson Levy. Fundaram, em seguida, uma organização batizada de Partido Revolucionário Comunista (PRC), a qual, é bom lembrar, não resistiu aos impactos da queda do Muro de Berlim, em 1989. Da autodissolução surgiram duas outras: a *Nova Esquerda* e TD (Tendência Marxista). Ambas não mais existem.

²⁷ POMAR, *Araguaia...* p. 58

minuciosamente a origem, atuação e perfil dos grupos de esquerda que enfrentaram o Estado Autoritário, mostrando as diversas concepções estratégicas e táticas, sobretudo o *modus operandi* dessas organizações antes e depois do Golpe de 1964. Importa para o propósito da discussão aqui apresentada, o capítulo intitulado “A Guerrilha Abafada”. Na verdade é uma avaliação resumida da Guerrilha do Araguaia. Pouco acrescenta, a nosso ver, em dados e informações, a não ser a hipótese professada por Gorender, na qual, ratifica as posições de outros, que consideram o foquismo inspirador e ao mesmo tempo fator de derrota dos guerrilheiros. “Paradoxalmente foi que a guerrilha do Araguaia – diz o autor -, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoísta, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja: nenhum trabalho político prévio, início da luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando etc”.²⁸ Ou seja, o que é essencial neste tipo de análise é mostrar que a guerrilha no Araguaia foi derrotada porque utilizou estratégias inadequadas para as condições sociais, políticas e culturas da Brasil, i.e, a aplicação mecânica do foquismo que obteve êxito em Cuba.

A literatura acadêmica, principalmente entre os historiadores, confirma a influência desse debate entre os pesquisadores, porém sem uma preocupação com o “suicídio revolucionário” e com as “causas da derrota”.²⁹

São trabalhos academicamente pioneiros sobre o tema no Brasil. Daí a necessidade de avaliá-los. Romualdo P. Campos Filho estudou a guerrilha do Araguaia entre os anos de 1991 e 1995. No aspecto teórico-metodológico, recorreu positivamente ao materialismo histórico na sua formulação

²⁸ GORENDER, *Combate...* p. 211.

²⁹ Veja as seguintes dissertações de mestrado: a) *A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*, de Romualdo P. Campos Filho, dissertação defendida no Instituto de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal de Goiás em 1995 e b) *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, dissertação também de mestrado elaborada por Deusdedith Alves R. Júnior, defendida na Universidade de Brasília, em março do mesmo ano.

clássica (MARX e ENGELS). “Penso que a dialética e o materialismo histórico, aplicados ao estudo da História dos seres humanos, apresenta uma concatenação dos fatos históricos, determina-lhes uma ligação íntima entre causa e efeito”.³⁰

A hipótese central do autor consistiu no entendimento de que a Guerrilha do Araguaia não pode ser vista como ação apenas de um pequeno grupo. Segundo Romualdo P. C. Filho,³¹ é preciso dimensioná-la na devida proporção histórica, reconhecendo-a como um dos movimentos de maior mobilização de tropas federais brasileiras, após a Segunda Guerra Mundial, cuja abrangência, extrapolou os limites territoriais de numerosos países. “É preciso – diz o autor – entendê-la como um capítulo cruel, sangrento, violento, enxergar naqueles guerrilheiros não desvairados terroristas, mas homens e mulheres corajosos, em sua maioria jovens, à procura da liberdade perdida”.

Para comprovar sua tese, o autor recorreu à análise de documentos, depoimentos da Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos, da Câmara dos Deputados, que tratam mais especificamente da Guerrilha do Araguaia. E mais: realizou diversas entrevistas com camponeses e personalidades envolvidas no conflito.

Romualdo P. C. Filho, quanto à avaliação acerca de qual estratégia político-militar inspirou os paulistas, foi enfático: “(...) desenvolvimento da pesquisa tornou a comprovação da hipótese de que o elemento determinante na elaboração da estratégia e tática adotada pelo PCdoB foi o maoísmo . A segunda questão, decorrente da primeira, foi a conclusão de que a Guerrilha do Araguaia não se constituiu num foco revolucionário, de conformidade com a conotação que o termo possuía aqui no Brasil”.³²

Resta-nos comentar a dissertação de Deusdedith A. Rocha Junior. Este abordou a Guerrilha sob a ótica da história, enquadrando-a metodologicamente na “Análise do Discurso”,

³⁰ CAMPOS FILHO, op. cit. p. 01.

³¹ Idem, p.XIV.

³² Idem, p. 205.

construindo uma interpretação onde patenteia-se a busca para identificar as versões em torno dos acontecimentos, e “os motivos que contribuíram para que elas assim se estabelecessem”,³³ assim como as “histórias” que, segundo o autor, foram construídas em torno da temática. Tal mudança de enfoque desmente categoricamente uma “certa” crítica aos pesquisadores vinculados política e ideologicamente ao PCdoB, que supostamente recusam-se a rever os estudos sobre a Guerrilha do Araguaia. Em que pese a não ligação daquele com o partido, penso que o esforço investigativo e interpretativo até o momento em que se encontram as pesquisas, foi relativamente realizado.

Deusdedith levou em consideração as relações entre o partido e a população local onde se desenvolveu a “luta guerrilheira”, identificando as principais características da região sul do Pará, assim como apontou as relações sócio-políticas do Brasil no contexto do Estado Autoritário e, finalmente procurou analisar as decisões do PCdoB, que culminaram na Guerrilha. Esta é a sua principal contribuição ao avanço do estudo da Guerrilha.

Quanto à questão conceitual, Deusdedith A. Rocha Junior analisou os conceitos defendidos pelo Partido Comunista do Brasil, tendo em vista a “(...) compreensão da formação do partido e da sua defesa da luta armada e ainda há necessidade de se estabelecer a caracterização do Estado Autoritário”.³⁴

Contudo, um aspecto relevante da tese que urge mencionar, refere-se ao fato de que é o primeiro trabalho que busca a “identificação dos discursos” que se formaram em torno dos acontecimentos. Para tanto, evidenciou as “lacunas”, segundo ele, em torno das “histórias da guerrilha”. Apontou o discurso do PCdoB, do Estado Autoritário e dos habitantes da região.

É oportuno distinguir, em sua visão, esses discursos

³³ ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves. *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1995, 158 p. (cópia xerografada). p. III.

³⁴ Idem, p. VIII.

que ajudam a identificar o “posicionamento sócio-cultural de seus proferidores”: a) o tratamento dado ao militante do PC do B que lutou no Araguaia – “terrorista”; b) o PCdoB caracterizando o acontecimento como “revolucionário” e seus militantes como “guerrilheiros”; e, c) os habitantes da região pôs-se a tratá-los (os militantes do PCdoB) como “povo da mata”.

Nota-se em seu trabalho uma tendência a reforçar a tese, apontada por outros autores, que designam a guerrilha como tendo sido influenciada pela concepção estratégica maoísta, da “luta popular prolongada” e do “acerco da cidade a partir do campo”.

Como vimos até aqui, não há significativamente uma preocupação com a avaliação da guerrilha, objetivando localizar as causas de seu insucesso. Limita-se a dizer no capítulo “PC do B: o que é novo e o que é velho neste partido?” que “Criar as condições de estabelecimento de um processo revolucionário era, para ‘maoistas’ e ‘guevaristas’, um passo que se deveria dar após o estabelecimento da luta armada para a tomada do poder”, e vaticina: “(...) como fora o campesinato o condutor da revolução chinesa sob a forma de guerra de guerrilhas, que partiu do campo para a cidade, os comunistas brasileiros enxergavam na realidade brasileira condições para realizar uma revolução de mesmo tipo, dadas as condições semelhantes – segundo suas análises – que possuíam as realidades brasileiras e chinesas, a forte presença do campo nas relações sociais e econômicas e a condição de “semi-colônia” estabelecidas pelas teses do *Comintern*, que conduziram a revolução democrático-burguesa”.³⁵

Essas pesquisas (as de Campos Filho e Rocha Junior), tiveram o mérito de resgatar particularmente para a análise regional, centrada geralmente na questão dos efeitos sociais, políticos e ambientais promovidos pela implantação dos grandes projetos elaborados nas décadas de 60 e 70, em um circuito fechado de poder e sem a participação da comunidade científica nacional e regional e nem da sociedade civil, e muito menos daqueles que foram atingidos direta e

³⁵ Idem, p. 67-8

indiretamente, que, essa mesma região, foi também espaço da resistência contra o regime militar como a Cabanagem foi contra o império. Estudar, portanto, a Guerrilha do Araguaia como também todos os movimentos de resistência protagonizados por grupos sociais que demandaram modificações nas estruturas sociais e econômicas do país, é manter viva na memória dos brasileiros e particularmente dos amazônidas, a crença na participação política.

Visão dos guerrilheiros da Amazônia

Na década de 60, em busca da riqueza fácil no garimpo, um enorme contingente populacional migrou para o Estado do Pará, provocando uma rápida mudança nos padrões tradicionais de desenvolvimento. Os grupos econômicos, mais fortes politicamente, apropriaram-se de grandes extensões de terras.

Essa realidade sócio-econômica estava sendo pensada pelos guerrilheiros que acreditavam veementemente na tese de que o território brasileiro, na sua parte Norte, era objeto de interesses imperialistas o que, conseqüentemente, colocaria em risco a soberania nacional. Era a tese da internacionalização da Amazônia. Membros do PCdoB, manifestavam em cartas, livros e artigos que circulavam clandestinamente, a preocupação com essa questão. José Duarte, antigo militante do PCdoB, quando esteve preso, em agosto de 1976, escreveu na sua *Carta-defesa* (na verdade uma crítica mordaz ao regime militar), publicada posteriormente sob o título de *Pela Liberdade e Pela Independência Nacional*, enviada ao Juiz da Auditoria Militar no Ceará, que o Projeto Jari e as relações do Sr. Ludwig com os militares, comprovavam o caráter entreguista do governo brasileiro frente aos interesses das corporações multinacionais estadunidenses. A *Carta* demonstra também que os comunistas do PCdoB encontravam-se identificados com os acontecimentos conjunturais do País. Denunciava que: “Mais abaixo da ‘Jari’, no sentido da foz do grande rio, está localizada a ‘Georgia Pacific Corporation’ com 500 mil

hectares de terras, a fazenda do Sr. Robin Hollie McClobn, conhecido negociador de terras, no norte do País, e a ‘Toyomenka’, estas últimas com 400 mil hectares cada uma. (...) Atuam ainda na Amazônia muitos grupos estrangeiros que exploram as riquezas da região em detrimento do povo: o consórcio ‘King’s – Ranch – Swift – Amour’, um dos três maiores grupos mundiais de carne, montou em Paragominas, Pará, a fazenda ‘Companhia Agropecuária do Pará’ com mais de 200 mil hectares de terras que pertenciam aos índios, que foram transferidos por decreto de governo para outras terras, para que aqueles 200 mil hectares de terras fossem doados, vejam bem Srs.! Doados a esse truste internacional de carne”.³⁶

José Genuíno Neto, outro militante comunista e guerrilheiro no Araguaia, numa entrevista que concedeu, em 1979, ao jornalista Fernando Portela, comentando uma pergunta sobre sua *Carta-defesa*³⁷ e a denúncia que fizera sobre o caráter “entreguista” do governo dos militares, lembra a importância da Amazônia no pensamento político da esquerda revolucionária: “Você observa que eu coloco na minha carta: a Amazônia serve ao país ou ao capital estrangeiro? (...) A penetração do capital estrangeiro na Amazônia é uma história longa: tem a história da borracha que foi importante para o capital estrangeiro, aquela história do lago, hoje é a pecuária e o minério”.³⁸

Porém, é no exame da formação de um campesinato na Amazônia que se revela fortemente a inspiração dos *paulistas* pela região.

³⁶ DUARTE, José. Pela Liberdade e Pela Independência Nacional. Documento. 1976, p. 26.

³⁷ A íntegra da Carta-Defesa do ex-guerrilheiro está publicada em PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 1979, pp. 201 a 218. Guerra de Guerrilhas no Brasil, do citado jornalista Fernando Portela, é uma das primeiras grandes reportagens sobre a Guerrilha, compiladas neste livro após serem publicadas no *Jornal da Tarde* num sábado de 13 de janeiro de 1979. Fonte imprescindível para a compreensão dos fatos. O autor em sua pesquisa adquiriu “A primeira carta da Guerrilha”, “Os comunicados da Guerrilha”, bem como fotos de seus principais protagonistas.

³⁸ PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 1979, 263 p. p. 157.

A possibilidade de povoamento da região com a vinda de levas de posseiros, conduz os guerrilheiros do PCdoB a enquadrá-los no projeto político-estratégico que tinham para o Brasil e que, necessariamente, passaria pela Amazônia.

Tanto pela suas riquezas naturais quanto também pelas condições políticas, geográficas e secundariamente pelas demográficas, uma vez que estas comparadas com a dos países nos quais tiveram êxito as estratégias foquistas e maoistas, não havia uma tradição de organização dos camponeses e eram regiões relativamente pouco densamente povoadas. Mesmo assim, só a Amazônia oferecia, para os *paulistas*, uma situação geoestratégica favorável à permanência de suas atividades numa “zona liberada” no caso de “estrangulamento” do processo revolucionário em escala nacional.

Essas migrações, na análise dos dirigentes do PCdoB, coincidem com as de Martins,³⁹ quando este afirma que “(...) as migrações dos posseiros em direção à Amazônia Legal não são mero fenômeno demográfico. São expressões de um amplo movimento social que tem a sua essência na luta pela terra.” Mas, o autor em outro texto distingue dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial. A primeira forma refere-se a territórios já ocupados pelas tribos indígenas, onde a sociedade nacional desloca os posseiros a fim de ocupar as terras dos primeiros. A essa forma José de Souza Martins denomina de *frente de expansão*. A segunda é constituída pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território. Essa forma está centrada na relação entre compradores e vendedores da força de trabalho. É a *frente pioneira*. “Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão é que surgem os conflitos pela posse da terra.”⁴⁰ Colocando em lados opostos fazendeiros, jagunços e polícia militar, posseiros e peões; gerando tensões sociais porque a Amazônia, na verdade, não era um deserto

³⁹ MARTINS, J. de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 123.

⁴⁰ MARTINS, J. de Souza. *Expropriação e Violência; a Questão Política no Campo*. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982. p. 75

a ser ocupado. “Na pressuposição dos tecnocratas não entrou o dado prévio sobre a já existente ocupação da Amazônia por índios e posseiros e muito menos entrou em cogitação o povoamento da região que se daria em conseqüência das próprias medidas de política econômica, concentracionista aplicadas no conjunto do país, expulsando lavradores em direção às terras amazônicas, forçados a disputá-las com as grandes empresas que recebem incentivos fiscais do governo”,⁴¹

Nesta região supunham existir, para os comunistas do PCdoB, os elementos considerados necessários para o desenvolvimento da guerra de guerrilhas, tais como terras novas em processo recente de ocupação, conflitos sociais pela posse da terra; ausência do Estado, não cumprindo suas funções básicas e uma área de difícil acesso por causa da floresta densa. E por último, argumento a favor da intencionalidade da organização da Guerrilha em oposição à tese da “resistência” de camponeses contra a invasão dos seus locais de moradia, pelas Forças Armadas.

Essa parte da Amazônia indicava a existência da idéia de “espaço vazio” demográfico e civilizatório a ser, no entanto, povoada por camponeses⁴² oriundos de várias regiões, principalmente do nordeste, potencialmente revolucionário uma vez que as condições sociais e econômicas de exploração

⁴¹ Idem, p. 82.

⁴² Cabe assinalar que o termo camponês de forte conotação política e ideológica, esconde especificidades dos grupos sociais existentes e os conflitos abertos com a intervenção Estatal, segundo ALMEIDA, Alfredo W. B. “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relações políticas na Amazônia” In D’INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel (orgs.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. Essa intervenção do Estado na Amazônia, determina o aparecimento de categorias próprias do discurso dos movimentos sociais, principalmente a partir do final da década de oitenta, tais como: “atingidos”, “remanejados”, “povos da floresta” e “ribeirinhos”. Embora também escondam especificidades por serem genéricas, denotam a capacidade desses movimentos sociais de combinarem “(...) categorias de circunstâncias com outras de sentido permanente (povos da floresta) no contexto de conflitos abertos” Veja Op. cit., p.522.

em que viviam, desprovidos de seus principais instrumentos de produção, produziam os fatores objetivos para uma revolta armada.

Essa situação se complementaria com as florestas da Amazônia, lugar ideal para a deflagração dos movimentos revolucionários de caráter socialista. A região apresentava-se como refúgio adequado para a preparação de um movimento guerrilheiro similar à revolução chinesa e à cubana.

Diversas correntes políticas de esquerda tinham nos seus respectivos planos a frente pioneira ou a frente de expansão enquanto espaço social de reprodução camponesa na Amazônia. Alguns grupos, entre esses, o representado pelo PCdoB, percebia a Amazônia como campo de reprodução camponesa.

Essa visão (dos guerrilheiros), era compartilhada pelas demais organizações e Partidos clandestinos que preconizavam a tomada do poder pelas armas. Mesmo setores da esquerda que almejavam a Guerrilha urbana, concebiam a Amazônia como um “espaço vazio” a ser ocupado por homens e mulheres, a fim de organizarem os camponeses que migravam para a região, incentivados pela política de colonização do governo, particularmente para as regiões Sul e Sudeste do Pará.

É exatamente a compreensão desse processo e suas potencialidades revolucionárias na Amazônia, coberta por floresta tropical, que entre os anos de 1967 a abril de 1972, os comunistas do PCdoB, dada a decisão da luta armada em forma de Guerrilha rural, e considerando que a região era a ideal para tal objetivo, passaram a enviar dirigentes, a fim de conhecer as características do lugar e submeter as condições de vida da população a uma análise, necessária para o sucesso do empreendimento que tinham em mente para o lugar. Para tanto, as diferenças de tipos físicos e hábitos que existiam entre os recém-chegados e os habitantes locais, que poderia ser um problema para a liderança dos guerrilheiros, foi posteriormente relevada, dado que à época, o próprio governo incentivava o deslocamento de pessoas de

todo o Brasil para aquela área. As pessoas estranhas que por ali apareciam, eram vistas como novos aventureiros em busca de uma posse para cultivá-la.

A análise comparativa que se segue, permitiu-me concluir que se os militares tinham a Amazônia como um “espaço vazio” demográfico e civilizatório, e se, dentro do pensamento geopolítico da elite orgânica militar, a presença na região garantiria a defesa do território contra possíveis intentos dos soviéticos (na lógica geoestratégica da Guerra Fria), através dos cubanos sob a liderança de Ernesto “Che” Guevara, o PCdoB, construiu e aplicou, por outro lado, uma visão da Amazônia a partir da qual, a região era adequada ao desenvolvimento da guerra revolucionária conforme o projeto político-estratégico defendido pelos maoístas.

Se os militares viam nos projetos de colonização e nos incentivos fiscais a possibilidade de estimular o povoamento da região, tanto para “aliviar” as tensões sociais no nordeste brasileiro, quanto para garantir a soberania da área, sobretudo criar as condições para a penetração capitalista por intermédio de novos atores sociais como os “pioneiros” do centro-sul do país, os guerrilheiros (os *paulistas*), em contrapartida, viam nesses mesmos processos a oportunidade do aparecimento de conflitos sociais para onde se dirigia um importante fluxo migratório, fator fundamental para o advento da guerra de guerrilhas.

Se os militares viam os camponeses como futuros pequenos e médios agricultores na sua marcha para o “Oeste” brasileiro a imagem e semelhança do que ocorreu no EUA, em que pese os efeitos inintencionais dos projetos desenvolvidos, haja vista que em vez de pequenos proprietários, a política dos incentivos fiscais contemplou em cheio os capitalistas nacionais e estrangeiros, resultando na expulsão dos camponeses de suas terras a fim de avançarem também em direção às terras indígenas; os comunistas percebiam os camponeses enquanto agentes da revolução proletária que formaria a massa da revolução de base camponesa.

Em suma, a análise dos documentos oficiais do PCdoB

e o debate travado com os principais autores que se ocuparam das controvérsias acerca da revolução brasileira, assim como do exame das experiências revolucionárias da China e de Cuba me permitem concluir que a hipótese levantada no começo do capítulo é bastante convincente para explicar a posição do Partido. Primeiro - A defesa da revolução estava explicitada em seu projeto revolucionário, tinham-na como um princípio inalienável, irrecusável, que independia daquela conjuntura política, ou seja, o projeto político-estratégico revolucionário existia, no seu pensamento antes mesmo do Golpe de Estado. Segundo - O motivo da divisão dos comunistas (refiro-me à cisão na década de sessenta que dividiu o movimento comunista internacional) me parece ter sido o dualismo reforma ou revolução e não como pensa Marcelo Ridenti, a busca de um “farol” legitimador das ações internas dessas organizações políticas. Terceiro - O PCdoB era radicalmente contrário ao foquismo. Compreendia que ele era a expressão do *voluntarismo pequeno-burguês* cuja vanguarda era deslocada das massas sujeito da revolução. A discussão, por fim, me leva naturalmente para o argumento de que a visão dos guerrilheiros da Amazônia era semelhante a dos militares e do governo quando se considera a perspectiva estratégica de conquista e gestão sobre parte de um território. Ambos os atores ambicionavam controlar a Amazônia tida como geopoliticamente crucial no jogo político-ideológico da Guerra Fria; porém essa mesma visão era antagônica no que se refere ao papel a ser exercido por ela, do ponto de vista da organização sócio-política da sociedade.

Considerações finais

Objetivamos o exame da literatura do movimento de resistência armada ao *regime militar*, ainda que não tenhamos oferecido um painel completo da literatura, haja vista que preocupamo-nos com os trabalhos mais representativos. Aqueles que conhecidamente impactaram no redirecionamento dos estudos sobre os destinos da esquerda no Brasil, muitos atualmente dirigentes políticos do país. É

evidente que esse procedimento justifica-se pelo objeto aqui devidamente definido. Conseqüentemente, mostramos que nos anos 80, com a perspectiva de redemocratização da sociedade brasileira, vários autores, entre eles Gorender, Weffort e Pomar, que estiveram ativamente na organização do PT, atribuíam ao movimento de contestação ao *regime militar*, assim como ao período imediatamente anterior, no qual vigorou a democracia nacional-populista, uma conotação valorativamente negativa. O que era positivo nos *novos movimentos sociais*, em particular o *novo sindicalismo*, era a idéia do aparecimento de um sindicalismo, independente da estrutura oficial do governo, combativo e associado ao Sindicato dos Metalúrgicos do *ABC Paulista*. Esta seria a “nova esquerda”, liberta das concepções ortodoxas do marxismo que acusa os movimentos que imergiram na luta armada de cometerem um “suicídio revolucionário”. Argumentamos, outrossim, que a crítica à atuação dos grupos que se opuseram aos militares, tem sido conduzida na perspectiva de identificação das “causas da derrota”. Há também aqueles, com suas razões, que procuraram demonstrar a inviabilidade do método da guerra de guerrilhas para alcançar objetivos políticos, cujo mérito fugiu ao escopo deste trabalho. Urge, portanto, repensar a atuação dos partidos e organizações de esquerda nas décadas de 60 e 70. Valorizar essa atividade intelectual e avaliar a atuação daquelas organizações e partidos, inclusive estudar a Guerrilha do Araguaia, priorizando aspectos distantes das “causas da derrota” que tem sido a tônica dos estudos de alguns estudos. Tal atividade teórica não foi realizada aqui, tão-somente insistimos na necessidade de enfrentar a questão. Ela deve ser realizada por autores menos comprometidos politicamente com a necessidade de legitimar, no interior das Ciências Sociais, a hegemonia político-interpretativa ligada ao surgimento e consolidação do PT .

GLOSSÁRIO

ALN - Ação Libertadora Nacional

ANL - Aliança Nacional Libertadora

AP - ML - Ação Popular - Marxista-Leninista

COLINA - Comandos de Libertação Nacional

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DI - Dissidências

EUA - Estados Unidos da América

FORGAS - Forças Guerrilheiras do Araguaia

MR - 8 - Movimento Revolucionário 8 de outubro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PCR - Partido Comunista Revolucionário

POLOP - Organização Revolucionária - Política Operária

PRC - Partido Revolucionário Comunista

PT - Partido dos Trabalhadores

TD - Tendência Marxista

ULDP - União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP - Universidade de São Paulo

VAR-PALMARES - Vanguarda Popular Revolucionária Palmares

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

Referências

ALMEIDA, Alfredo W. B. “Universalização e Localismo: Movimentos Sociais e Crise dos Padrões Tradicionais de Relações Políticas na Amazônia” In D’INCAO, Maria Ângela & SILVEIRA, Isolda Maciel da (orgs.) *Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

BUONICORI, César Augusto. “A Política Sindical do PCB Entre 1948 e 1950” In *Revista Princípios*, n°45, maio, junho e julho de 1997.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFGO, 1995, (cópia xerografada), 223 pp.

CARDOSO, F. H. *As Idéias e seu Lugar*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

_____. “Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência?” In *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

_____ & FALETTTO, Enzo V. *Dependência e Subdesenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1970.

CASTAÑEDA, Jorge. “Verdade ou Não, Nova Guerrilha Gera Incertezas no México” In *Folha de São Paulo*, 1º caderno, 07.07.1996, p. 20.

CUNHA, Maria de Fátima. “A Revelação da Dor’ – Guerrilha e Repressão nos anos 60/70” In *Pós-História. Revista de Pós-Graduação em História*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994, 55:55-69.

- DAHL, Robert. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989, 151 pp.
- DIÁRIO da Guerrilha do Araguaia In MOURA, Clóvis. Apresentação. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1985, 80 pp.
- DÓRIA, Palmério, et al. “A Guerrilha do Araguaia” In *Revista História Imediata*, n° 1, São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978.
- DUARTE, José. *Pela Liberdade e Pela Independência Nacional*. Documento. 1976\
- FONTELES, Paulo. *A Guerrilha Redescoberta*. Belém: Grafisson, 1990, 80 p.
- FALETTI, Enzo V. “Los Años 60 y el Tema de la Dependência” In *Revista USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998.
- FIORI, José Luís. “Globalização e a Novíssima Dependência” In *Em Busca do Dissenso Perdido: Ensaios Críticos sobre a Festejada Crise do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Insight, 1995.
- GOLDENSTEIN, Lídia. “Repensando a Dependência Após o Plano Real” In *Revista USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas; a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1990, 255 p.
- GUERRILHA Busca Apoio Internacional In *Jornal Folha de São Paulo*. 1º caderno., 28.07.96:p.24.
- HABERMAS, Jürgen. “Soberania Popular como Procedimento; um Conceito Normativo de Espaço Público” In *Novos Estudos*, CEBRAP, n° 26, março de 1990, pp.100-113.
- JOSÉ, Emiliano & MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o Capitão da Guerrilha*. 12ª ed. São Paulo: Global Editora, 1989, 166 p.
- KAY, C. *Latin American Theries of Development and Underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989.
- MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1984
- MARTINS, J. de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- _____. *Expropriação e Violência; a Questão Política no Campo*. 2ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1982.
- MIR, Luís. *A Revolução Impossível; a Esquerda e a Luta Armada no Brasil*. São Paulo: Editora Best- Seller, 1994, 755 p.
- NASCIMENTO, Durbens Martins. *Guerrilha do Araguaia (1967-1975): “Paulistas” e Militares na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA. Dissertação de Mestrado, 2000, (cópia xerografada).
- POMAR, Vladimir. *Araguaia: o Partido e a Guerrilha*. São Paulo: Editora do Brasil Debates, 1980, 312 p.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Editora Global, 1979, 263 p.
- ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves. *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1995, 158 p. (cópia xerografada).
- ROLLEMBERG, Denise. “A Idéia de Revolução; da Luta Armada ao Fim do Exílio (1961-1979)” In André Ricardo Pereira (org.). *Que História é*

- Essa?* Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1994.
- REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (orgs.). *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações de Esquerda dos Anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, 368 p.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, 284 p.
- SADER, Emir. “Nós que Amávamos tanto *O Capital*” *In Praga. Revista de Estudos Marxistas*, n° 1, São Paulo: Boitempo Editorial, set/dez de 1997.
- SANTANA, Marco Aurélio. “Entre a Ruptura e a Continuidade: Visões da História do Movimento Sindical Brasileiro” *In Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14 (41):103-120, outubro de 1999.
- SANTOS, Theotônio dos. “Por uma Bibliografia sobre a Teoria da Dependência” *In Revista USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998.
- SINGER, Paul. “De Dependência em Dependência: Consentida, Tolerada e Desejada” *In Revista USP, Estudos Avançados*. 12 (33), maio e agosto de 1998.
- TAIBO II, Paco Ignácio *et al.* *O Ano que Vivemos em Nenhum Lugar; a Missão Secreta de Che Guevara*. São Paulo: Editora Scritta, 1995, 290 p.
- WEFFORT, Francisco C. *Por Que Democracia?* 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, 133 p.
- _____. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968” *In Cadernos CEBRAP*, n°. 5. São Paulo: CEBRAP, 1972.
- _____. “Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (A conjuntura do após-guerra)”. *In Cadernos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, 4: 65-105.
- _____. “Os Sindicatos na Política (Brasil: 1955-1964)”. *In Ensaios de Opinião*. Rio de Janeiro: Enubia, 1:18-27.
- _____. “Democracia e Movimento Operário: Algumas Questões para a História do Período 1945/1964”. *In Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: CEDEC, 1: 15-25, 1978 b.

Revisão crítica da tese do “suicídio revolucionário”

Durbens Martins Nascimento

Resumo: O artigo faz um balanço da literatura sobre a guerra de guerrilhas, empreendida no Brasil nos anos 60 e 70, tendo como pano de fundo a Guerrilha do Araguaia. Sem pretender uma revisão exaustiva da literatura, visa analisar o significado do diagnóstico produzido nos anos 80 e 90, caracterizado pelo que chamamos de “suicídio revolucionário” e da busca pelas “causas da derrota” do projeto revolucionário da esquerda, que teria sido a aventura da luta armada no Brasil. Dialogando com os autores, chegou-se a conclusão de que a autocrítica que seguiu essa direção, estava subordinada a uma nova plataforma político-estratégica para a sociedade brasileira encabeçada pelo PT. Os principais autores da reflexão autocrítica eram ligados direta ou indiretamente a essa organização partidária. Fato que encaminhou a avaliação do movimento para deduções fortemente influenciadas pelos dilemas da consolidação da Transição Democrática e da afirmação de um novo projeto social-democrata para o país e que hoje está no poder.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia, suicídio revolucionário, luta armada, revolução socialista, esquerda.

Abstract: This article brings up utmost information about the guerrillas' war in Brazil between the 60's and 70's, being the Araguaia's Guerrilla its background. With no intention of an exhaustive revision on the literature, it aims to analyze the meaning of the diagnosis produced in the 80's and 90's, known as what is called the “revolutionary suicide” and the search for the “reasons for defeat” of the “Leftist” revolutionary project, which would have been the adventure of Brazil's armed revolution. Through talks with authors, the conclusion reached was that the self-critics that followed this direction were under the influence of a new political-strategic

basis to the Brazilian society leaded by PT. The main authors from self-critics thoughts were directly or indirectly linked to this party organization, fact that followed the evaluation of the move to deductions strongly influenced by the dilemmas' consolidation from the Democratic Transition and the standing of a new social-democratic project for the country, which is still in power nowadays.

Keywords: Araguaia's Guerrilla, revolutionary suicide, armed revolution, socialist revolution, Leftist.

Artigo recebido para análise em 08/03/2004

Artigo aprovado para publicação em 27/05/2004